

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 10-5-2018.

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Rafael Pavan dos Santos, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental e do Cais Mauá. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Felipe Camozzato e Marcelo Sgarbossa manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Felipe Camozzato. Após, por solicitação de Tarciso Flecha Negra, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Fábio André Koff. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, nesta Sessão destinado a assinalar o transcurso da data de fundação da Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão de Suez, nos termos do Requerimento nº 020/18 (Processo nº 0251/18), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa Valter Nagelstein, Presidente, e Alfredo Marcelino dos Santos Filho, Presidente da Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão de Suez. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mônica Leal, em nome da Mesa Diretora, João Bosco Vaz, Comandante Nádia e Reginaldo Pujol. A seguir, o Presidente concedeu a palavra a Alfredo Marcelino dos Santos Filho, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dezoito minutos às quinze horas e vinte e três minutos. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Valter Nagelstein. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Tarciso Flecha Negra e Sofia Cavedon. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell e Sofia Cavedon. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Adeli Sell. Em continuidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Prof. Alex Fraga, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Também, foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia nove de maio do corrente. Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Airto Ferronato, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia sete ao dia nove de maio do corrente. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o

Projeto de Lei do Legislativo nº 034/18; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 048/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 310, 311, 351 e 377/17 e 022, 024, 029 e 066/18 e os Projetos de Resolução nºs 003, 008, 009 e 015/18. Durante a Sessão, Reginaldo Pujol e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Armando Burd, jornalista. Às dezesseis horas e nove minutos, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein e Mônica Leal e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Instituto dos Arquitetos do Brasil/Rio Grande do Sul, que tratará da revisão do Plano Diretor e Cais Mauá. O Sr. Rafael Pavan dos Passos, Presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. RAFAEL PAVAN DOS PASSOS: Boa tarde, Presidente, Mesa Diretora, Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores aqui presentes e público que nos assiste pela TVCâmara. Havia marcado essa Tribuna Popular hoje para anunciar o resultado da eleição ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, conhecido também como Conselho do Plano Diretor. Infelizmente tenho que trazer aqui que este processo eleitoral ainda não se concluiu, apesar de já fazer mais de mês que houve a eleição – para as regiões de planejamento faz menos de um mês – para as entidades, que é um edital em separado e, de uma forma não habitual em relação aos últimos dez anos das eleições do Conselho, ainda não foram publicados os resultados. Talvez porque também de forma não habitual não foi o resultado esperado nas últimas eleições, havendo uma mudança significativa da composição do Conselho, sobretudo, no que tange às entidades representadas neste Conselho, que vinham historicamente sendo representadas pelo que a gente costuma chamar do binômio construção civil-mercado imobiliário, por entidades de classes profissionais que há muito tempo não conseguiam acesso ao Conselho do Plano Diretor, fundamentalmente os arquitetos e urbanistas representados pelo IAB, pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo e pelo Sindicato de Arquitetos e Urbanistas do Rio Grande do Sul, pelo Sindicato de Engenheiros do Rio Grande do Sul, e os economistas pelo Sindicato de Economistas e pela Sociedade de Economia do Estado do Rio Grande do Sul. Todas essas entidades, junto a diversas outras que nos apoiaram e que vão estar representadas por nós diretamente no Conselho, se colocam preocupadas com essa situação, posto que a eleição, que já deveria ter ocorrido no final do ano passado, também atipicamente, acabou ocorrendo com três ou quatro meses de atraso, o que já leva a um atraso da atual

gestão em seis meses, um quarto do tempo que tinha de direito essa atual gestão, que é de dois anos. Então, nos preocupa, inclusive, a validade dos processos administrativos e das aprovações que estão sendo feitas agora, a toque de caixa, visto a ata da última sessão, onde estão colocados diversos processos que estavam engavetados esperando. Talvez, com essa nova composição que parece preocupar os setores, agora estão colocando esses processos a toque de caixa, mas nos preocupamos, inclusive, com a legalidade e a legitimidade dessa gestão, que lá está de forma, talvez, ilegítima do ponto de vista da lei, que é clara e diz que a eleição é bienal, e ela acabou ocorrendo somente neste ano. Inclusive, nos preocupa esse atraso para que a gente comece, a partir do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, a tratar da questão fundamental da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, não só no Pleno do Conselho, mas também nos Fóruns Regionais de Planejamento, onde também houve uma mudança significativa. Através do coletivo “A Cidade Que Queremos”, nós reunimos não só entidades que estão preocupadas com a Cidade do ponto de vista do direito à Cidade, mas também pessoas, cidadãos que se mobilizaram nas suas regiões de planejamento, tendo, inclusive, uma eleição recorde em presença. Na Região de Planejamento 1, entre outras, estão aguardando ansiosamente a sua posse, para que possam iniciar o debate sobre a revisão do plano, um debate que já está para lá de atrasado, diríamos, para que se possa fazer um debate qualificado junto à sociedade civil, que anseia muito em participar da discussão do planejamento urbano de Porto Alegre. Aliás, planejamento urbano que vem sofrendo algumas alterações significativas, aqui no Legislativo, de forma, muitas vezes, sem o estudo técnico necessário, como, por exemplo, e aí fazemos a nossa manifestação, já tínhamos feito através da imprensa, sobre esse projeto de lei que foi aprovado na segunda-feira. Quer dizer, que cidade é esta que nós queremos? O Plano Diretor e seus princípios fundamentais é a cidade compacta. E a toda hora nós estamos ampliando a zona urbana da Cidade, em flagrante desrespeito a esse princípio fundamental proposto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. E mais do que isso, colocado nas principais teorias e cartas que falam do desenvolvimento sustentável mundo afora. A cidade espalhada, a cidade rarefeita, a cidade espaiada, digamos assim, é cara, ou seja, economicamente inviável, socialmente injusta, porque aumenta os tempos de deslocamento, a questão da mobilidade, aí se torna um fator fundamental, e ambientalmente perigosa não só para a sociedade de hoje, mas para a cidade do futuro. Não é só um princípio do Plano Diretor que está sendo colocado em cheque, mas também os princípios internacionais do bom urbanismo e da boa política urbana.

Nós questionamos e pedimos a sensibilidade da Casa para que não se aprove, às vésperas de uma revisão que é feita de dez em dez anos, pequenas alterações no Plano Diretor sem o devido debate. Vamos incluí-las, todas, nessa revisão do Plano, inclusive o próprio projeto Masterplan do 4º Distrito. Já que se aguardou tantos anos, eu diria décadas, para tirar algum debate sobre isso, que se coloque agora esse debate junto à revisão do Plano Diretor e não à parte, à revelia dele. Nós precisamos olhar a Cidade como um todo, não suas partezinhas, porque é isso que acontece quando começamos a ter uma cidade que abre mão do seu planejamento para entregá-lo a iniciativas

individuais, porque só quem pode analisar o somatório dos impactos das iniciativas individuais é uma boa gestão do planejamento. O nosso sistema municipal de gestão de planejamento, para não dizer que não existe, podemos dizer que está muito fragilizado, seja nas suas esferas políticas, como é o CMDUA, seja nas suas esferas técnicas. Preocupa-nos muito, a partir da divisão do licenciamento e do planejamento urbano, de que forma o controle do crescimento e do desenvolvimento da Cidade vai se dar; o licenciamento é o que traz os dados mais atuais de como o planejamento está se dando no dia a dia da Cidade, e hoje nós não temos esses dados atualizados. Parabenizamos alguns esforços que estão sendo feitos pelos técnicos da Prefeitura para atualizar o sistema de licenciamento, mas essa questão de um sistema informatizado que faça uma boa gestão do planejamento é fundamental, e nós manifestamos isso aos responsáveis quando eles vieram apresentar ao IAB, na semana passada, a sua proposta, que nos parece que vem atendendo a boa parte das demandas que nós apontávamos ainda naquele debate no governo anterior.

Estamos a lamentar também, e estamos junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, e junto ao CREA, num esforço conjunto inclusive com Sociedade de Engenharia e Senge, questionando um pregão para o centro de eventos de Porto Alegre. Ora! São R\$ 60 milhões para uma obra da importância de um centro de eventos, e nós vamos contratar um projeto de R\$ 3 milhões por pregão eletrônico, da mesma forma que se contrata compra de clipes? Arquitetura não é isso, é trabalho intelectual. A lei do pregão proíbe que se faça contratação de trabalho intelectual por pregão. Não sou eu que estou dizendo, é a lei, mas parece que lei é algo a vale para poucos neste País. Então nós estamos com uma ação, estamos acionando o Tribunal de Contas do Estado para que seja suspenso esse pregão eletrônico e para que nós possamos, quem sabe, debater outras formas. Sempre fazemos a defesa do concurso público de projetos. Acabamos de entregar o concurso do memorial às vítimas da Kiss, um exemplar processo junto à Prefeitura de Santa Maria, junto à Associação dos Familiares. Acreditamos que, sim, tem muita gente competente do próprio quadro da Prefeitura que pode elaborar um concurso público de projeto com excelência, nos colocamos à disposição para contribuir.

Neste último minuto, eu quero perguntar aos senhores qual a sua preocupação frente às irregularidades das obras do Cais Mauá sob o ponto de vista da caducidade da lei, que é uma ação civil pública, que o IAB entrou há um bom tempo, está no Judiciário e, agora, é alvo de investigação da Polícia Federal. Não preocupa a Casa e a todos aqueles que assinaram, aprovaram e têm o papel de fiscalizar que uma lei municipal está sendo descumprida, além de todas as outras irregularidades que estão sendo comprovadas no caso do Cais Mauá?

Sobre a Carris, nós esperamos que esses escândalos que foram apresentados esta semana não sirvam de justificativa para a sua privatização. Nós precisamos, sim, de uma empresa pública que qualifique e provoque a qualificação do transporte público na Cidade, porque a privatização não é solução, haja vista a falta de qualidade de vários serviços que são prestados por empresas privadas, inclusive o próprio transporte público da Cidade.

Era isso, eu agradeço e me coloco à disposição. Quero lembrar que, este ano, o IAB acabou de completar 70 anos aqui no Rio Grande do Sul. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Presidente. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, quero cumprimentar o Rafael Passos, Presidente do IAB, em nome do Ver. Adeli, Ver. Marcelo e Ver. Oliboni, nosso Líder. Quero dizer que nós nos somamos às indignações que trazes em nome de várias entidades. Temos brigado muito, questionado, nesta Casa sobre as alterações fragmentadas do Plano Diretor, em especial, as que não consideram os preceitos do Estatuto da Cidade, como a outorga onerosa do direito de construir. Entendemos que não é possível esta Cidade com tantas demandas, em especial em habitação popular, conceder índices de densidade, regime urbanístico sem ter a devida contrapartida, compra desse direito de construir a partir da avaliação se é possível, se é desejável e se atende ao espírito do Plano Diretor. Quero parabenizá-lo por colocar de forma muito clara princípios fundamentais como esse princípio da compactação, princípio da otimização da infraestrutura já estabelecida na Cidade. Queremos dizer que estávamos na expectativa da posse do novo Conselho do Plano Diretor, no dia de ontem, e estranhamos a postergação. Quero dizer que não aceitamos mais esses atrasos. Acho que é uma situação muito indelicada, inadequada o IAB estar fora do Plano Diretor. Quero reconhecer a história do IAB no debate da Cidade, o que tem acumulado, o que tem contribuído, as pautas que tem trazido e defendido, defender de fato que tenha concurso público, que essas obras sejam resultado do debate da Cidade.

Finalmente sobre o tema do Cais Mauá, não só está ao arrepio da lei, como estão em risco os fundos públicos. Nós estamos extremamente preocupados que não dê nem mel nem porongo, nem revitalização do Cais e nem os fundos públicos de onze cidades e R\$ 18 milhões do IPE em risco por conta da má gestão, da suspeita da empresa captadora do Cais Mauá. Parabéns pela sua fala, a bancada do PT se alinha a essa discussão e ao fortalecimento da sociedade civil e a democratização das decisões sobre a Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): (Saúda os componentes da Mesa e de mais presentes.) Estava ali no cantinho prestando atenção na

intervenção importante do IAB, nesta Tribuna Popular, muitos temas foram trazidos, Presidente Rafael, e eu quero me dedicar a três deles. Primeiro, a questão da posse no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, que é uma preocupação para toda a Cidade e é uma preocupação no que diz respeito ao controle social. Infelizmente, eu acho que não é um raio num céu azul, uma inadequação da Prefeitura, que não conseguiu cumprir os prazos, ou que adiou. Tem um projeto de lei que quer suprimir as atribuições dos Conselhos Municipais, rebaixando a caráter de lei complementar temas que possam alterar essa estrutura de controle social, que, felizmente, nós temos em Porto Alegre e nós temos que ampliar e não tirar atribuições. Segundo, o episódio lamentável no Conselho Municipal de Saúde, que só pela decisão judicial, conseguiu ter a sua diretoria reconhecida, uma vez que a gestão tentou intervir sobre um conselho municipal da sociedade civil.

Agora, na posse que deveria ter acontecido esta semana, ontem, nós vemos esse imbróglio. Quero me somar aqui, acho que seria importante uma manifestação formal da Câmara, Presidente Valter, no sentido da posse, uma sugestão, claro que nós podemos levar à Mesa e Lideranças, nós, como bancada, podemos fazer evidentemente. Em caso de ausência de resposta do Governo podemos buscar o Judiciário para garantia do controle social.

Tenho somente mais 20 segundos, vou passar batido por outros temas. Tem a revisão do Plano Diretor, nós achamos que esse debate já está acontecendo de forma tardia no Município de Porto Alegre e tem que acontecer no sentido de garantir o planejamento urbano da Cidade, de garantir a regularização fundiária, de garantir a utilização da infraestrutura existente. Sobre o Cais, eu acho que tem muitos desdobramentos. A investigação que, há muito tempo, o IAB e as entidades envolvidas nessa luta já faziam com relação aos fundos de investimento se comprovou verdadeira, o que é temerário e, ao mesmo tempo, requer mais atuação da nossa Câmara. Obrigada, agradeço o tempo e a participação de vocês.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento; depois prossegue a sua manifestação em Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu fiz questão de vir a esta tribuna para responder a algumas das questões colocadas pelo Rafael. Com todo o respeito às suas posições, Rafael e às posições do Instituto, as quais considero não apenas técnicas, mas também ideológicas, eu gostaria de propor algumas reflexões aos demais Parlamentares a partir dessas reflexões propostas por V. Sa., desta tribuna. Em primeiro lugar, o questionamento do centro de convenções, do pregão eletrônico por menor preço. Eu pude acompanhar as postagens feitas e também busquei informações junto a Secretaria, e me parece que, no pregão eletrônico realizado, estiveram quatro escritórios bastante

qualificados, de empresas grandes e com robustez técnica, portanto, estranhei bastante as afirmações que de o pregão por menor preço leva a possíveis fornecedores sem competência técnica. Na verdade, o que se verificou é que, pelo pregão eletrônico, há, sim, fornecedores com aptidão técnica. Mas, mais importante que isso, é que a suspensão do pregão eletrônico pode implicar na perda do recurso, o que faz com que Porto Alegre perca o dinheiro para construir o seu centro de eventos. Se o interesse aqui não é fazer um debate muito mais ideológico de termos ou não um centro de convenções, uma vez que o próprio IAB e parte dos Parlamentares desta Casa que apoiam as iniciativas ideológicas do IAB eram contra, também, ao Cais Mauá, ao Estaleiro Só, e diversos outros projetos de desenvolvimento urbano e imobiliário nesta Cidade, então, na minha modesta opinião e respeitando a sua opinião, parece-me que existe uma disputa ideológica, mascarada de disputa técnica, de confronto técnico. Uma disputa ideológica muito clara, com uma agenda antidesenvolvimentista, de uma defesa, inclusive, corporativista, de achar que apenas os escritórios de arquitetura aliados aos seus grupos teriam a competência, e que outros escritórios, de repente, não teriam por atender pregões de melhor preço. Mas acho que cabe a este Parlamento a legitimidade e também a responsabilidade de tomar as decisões, inclusive da alteração de Plano Diretor. Afinal de contas, esta é uma das prerrogativas do Vereador e fazemos isso com muita responsabilidade e competência, inclusive consultando técnicos para tomar nossas posições. Então, estranho quando vem aqui uma entidade, sob a alcunha de qualificação técnica e na defesa técnica, fazer uma defesa ideológica e apaixonada, onde mais parece ter vindo a mando do PT e do PSOL do que propriamente por uma agenda de interesse da Cidade, porque quem está interessado pela Cidade e votando por ela são os 36 Vereadores, representantes legítimos aqui da população de Porto Alegre e não exclusivamente das bancadas do PT e do PSOL, ou uma entidade específica de classe. Tanto isso é evidente que o senhor fala da Carris aqui nesta tribuna, trazendo-a como exemplo – V. Sa., representante de um departamento de arquitetos, falando sobre o prejuízo de uma empresa de transportes. Questiono-me, já que V. Sa. usou de amparo técnico para fazer suas críticas a Cidade, qual o amparo técnico do IAB para fazer uma análise financeira de uma estatal de transportes e tampouco de uma empresa de transportes e de logística, porque esta é a minha área, enquanto administrador e financista, e me parece muito claro, sim, que uma estatal como a Carris, não privatizada, mas talvez deveria, inclusive, ser extinta, porque causa muito dano ao erário, muito mais do que benefício ao cidadão de Porto Alegre. Então, deixo aqui essas reflexões, agradeço a participação e a presença do senhor aqui na Câmara.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato.

VEREADOR RICARDO GOMES: Sr. Presidente, faleceu, nesta quinta-feira...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Tarciso Flecha Negra me pediu isso. Eu pedi ao Ver. Tarciso, até pela própria legitimidade que ele tem – depois outros colegas aqui vieram –: vamos concluir o período de Tribuna Popular, depois faremos isso. Então, lhe rogo, neste sentido, vamos, simplesmente, encaminhar aqui, depois tenho certeza vamos fazer o que estou imaginando que o senhor pediria. Muito obrigado.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Agradeço pelo espaço, vou ser rápido, não vou utilizar os 5 minutos porque temos outros temas. Escutei aqui o Ver. Felipe Camozzato questionando o fato de se ter questionado a questão da Carris. Ver. Felipe, eu acho que um partido como o do senhor, que trata da liberdade, pelos menos diz tratar, deve contrapor os argumentos e não questionar se a pessoa pode falar sobre o assunto. Eu me limito somente a isso, ou seja, se vamos votar aqui um projeto sobre ciclovias, eu não preciso questionar aqui se as pessoas andam de bicicleta, ou o quanto andam. Então, se o presidente do IAB está aqui, tratando de tema da Cidade, pode, no seu raciocínio, falar de outros temas conexos, e podemos contrapô-lo obviamente, mas não dizer que ele não tem legitimidade para fazê-lo. Eu digo isso ao Rafael Passos aqui porque – eu já participei de reuniões no IAB – falou aqui do Plano Diretor da Cidade, fez um questionamento à lei recentemente aprovada também por esta Casa, estamos no ano de revisão do Plano Diretor, então, no mínimo, uma falta de prudência em não tratar desse projeto que foi aprovado no conjunto do planejamento da Cidade.

Eu faço aqui só esses dois minutos porque eu acho que é muito nocivo quando questionamos a legitimidade de a pessoa questionar. Podemos rebater o argumento dela, acho que isso é da democracia, mas não dizer que ela não pode dizer. Então, faço simplesmente esse alerta.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. Eu quero agradecer o Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, o arquiteto, urbanista, Rafael Pavan dos Passos, a vinda até à Câmara Municipal e a utilização da Tribuna Popular no tempo de 10 minutos. E quero agradecer as bancadas que se manifestaram. Despeço-me, estamos às ordens.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD) (Requerimento): Presidente, gostaria de pedir um minuto de silêncio para uma pessoa que é uma estrela na bandeira do Grêmio, Fábio Koff. Ele foi um pai para nós – essa é a verdade! Quero agradecer aqui também ao Ver. Reginaldo Pujol, que veio também na intenção de pedir um minuto de silêncio, ao Ver. Ricardo Gomes também. Nós todos, gremistas, estamos

muito sentidos com a perda dessa pessoa que foi um dois maiores presidentes não só do Grêmio, mas que levou o Grêmio aos quatro cantos do mundo.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Pois não, Vereador. Eu não quero deferir sem antes dizer que certas coisas dividem o Rio Grande, e as paixões clubísticas também, dentro das quatro linhas, nos dividem. Mas, para além dessas quatro linhas, tem pessoas que perpassam tudo isso e que são maiores do que as paixões clubísticas, maiores que as ideologias, maiores que quaisquer disputas; o Dr. Fábio Koff foi isso. Então, eu quero deferir, com muito pesar, esse um minuto de silêncio em homenagem e em lembrança dessa fantástica figura que nos deixou no dia de hoje, que foi o Dr. Fábio Koff, que não foi somente Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, ele é um homem do Rio Grande, é um homem do mundo, é um expoente que merece todas as honras de todos nós. Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, senhoras e senhores, prosseguimos a nossa Sessão. Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso da data de fundação da Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão de Suez, nos termos do Requerimento nº 020/18, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa o Sr. Alfredo Marcelino dos Santos Filho; soldado reformado, integrante do contingente do Exército Brasileiro, designado na missão da ONU, como missão de paz na mediação do conflito do Canal de Suez, que passa à História como Guerra de Suez. Quero saudar e agradecer a presença da Liga de Defesa Nacional, dos veteranos do Batalhão de Suez, que todos os anos vêm a esta Casa.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações, e fala em nome da Mesa Diretora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Valter Nagelstein; Cel. Luiz Augusto Cristóvão Liotti, presidente da Associação Alfredo Marcelino dos Santos Filho; Sérgio Luiz Dias, Celso Demétrio Acosta, Adão da Silva, Assis Francisco Pompermayer, Juarez Corrêa Simões, Edson Germano Custódia, Jorge Alberto Gonçalves Nobre, Valdecir Chamurro, Luiz Carlos Caporal Soares, Luiz Guedes Ribeiro dos Santos, José Ignácio Vieira, José Adiles Oliveira de Mello, Noewlton Galeno Pereira Panichi, Paulo Bellissimo Zandonai, Orlando José Matnerg Manoel Martins Henrique, Osório Ferreira dos Santos, Maria da Graça Garcia, da Associação de Veteranos do Corpo de Fuzileiros Navais, Pedro Paulo Pheula, integrante da Suez e da diretoria da FEB, Coronel Cantagalo;

cumprimento todos os presentes, quem nos assiste pela TVCâmara e pela transmissão ao vivo pelo Facebook. É sempre muito bom receber neste plenário, nesta Casa, mais uma vez, os estimados integrantes do inesquecível histórico Batalhão de Suez. A admiração para com esses homens do Exército Brasileiro é grandiosa, do tamanho da missão que enfrentaram e cumpriram integrando as forças de emergência das Nações Unidas, chamada 1.^a Força de Paz da ONU. Ao Oriente Médio se dirigiram há 61 anos, em 1957, com a tarefa de manter a paz durante o conflito que envolveu Israel, França, Inglaterra, na disputa com o Egito pelo domínio do Canal de Suez, um ponto estratégico localizado no Egito entre o Mar Vermelho e o Mar Mediterrâneo, que permitia se chegar à Europa, à Ásia sem precisar contornar a África. Desde lá, os boinas azuis, ou capacetes azuis da paz, como eram identificados e são simbolizados, mantêm aceso aquele grande feito, lembrando, comemorando e trabalhando para manter a História, pois dela são porta-vozes vivos e atuantes e, juntos, atuam, comunicam-se, solidarizam-se, pois estão, para sempre, unidos pela mesma bandeira. Como diz um dos seus lemas, “uma vez boina azul, para sempre boina azul”. Pois foi para não deixar o passado morrer que foram criadas as associações de ex-integrantes do Suez em diferentes estados brasileiros, que continuaram a realizar seus encontros e reuniões. Associados, eles reencontram os companheiros, dividem e trocam experiências, lembram os feitos e repassam informações para a imprensa e os pesquisadores. Juntos organizam seus eventos, datas comemorativas, desfiles e confraternizações.

Hoje, aqui, neste período de Comunicações, exaltamos e comemoramos o aniversário de 34 anos de fundação da Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão de Suez/Rio Grande do Sul.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigada, Ver.^a Mônica Leal, proponente deste assunto tão importante que nos traz aqui, o Batalhão Suez na data da sua Associação Brasileira de Integrantes. Quero saudar o soldado reformado Alfredo Marcelino dos Santos Filho, aqui na Mesa com o nosso Presidente; quero saudar todos os honrados homens que defenderam nossa Pátria, honraram nossa Pátria; é um orgulho para nós, imagina para vocês. Nós nos sentimos honrados em recebê-los aqui. Sejam felizes, tenham muita saúde. Quanto mais vocês viverem, mais nós vamos lembrar esse momento importante da vida brasileira. Este é um momento importantíssimo de reconhecer o legado que deixaram a toda a nossa Nação e essa identificação, esse significado importante de um momento histórico do nosso País. Parabéns a todos; parabéns, Ver.^a Mônica.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Cassiá Carpes, pelas suas palavras. Hoje, aqui, neste período de Comunicações, exaltamos e comemoramos o aniversário de 34 anos de fundação da Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão de Suez/Rio Grande do Sul.

Vereador Ricardo Gomes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Em primeiro lugar, Ver.^a Mônica Leal, quero saudar V. Exa.

e parabenizá-la por esta proposição. Quero dizer que, infelizmente, no Brasil, perdemos a noção de heroísmo. Assistimos, na televisão, o culto de personalidades secundárias que não têm mérito, que não têm serviço prestado à pátria; talvez quem vença um programa do Big Brother seja chamado de herói na televisão hoje – essa é a perda que nós temos. Por isso, num dia como hoje, é uma honra estar aqui para, por sua provocação, poder parabenizar esses que são – eles, sim! – verdadeiros heróis da pátria brasileira. Parabéns! Parabéns aos nossos boinas azuis!

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Ricardo. Nós estamos aqui comemorando esses 34 anos do aniversário de fundação da Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão de Suez do Rio Grande do Sul, composta por nossos nobres e bravos soldados, testemunhas da história às novas gerações. Dessa forma, sem a menor dúvida, continuam dedicando suas vidas a serviço da pátria e da paz mundial – o que é admirável.

No nome do Sr. Alfredo Marcelino dos Santos Filho, Presidente da Associação, cumprimento, em nome da Mesa Diretora, todos os integrantes da Associação, e, mais uma vez, Presidente e integrantes, quero deixar clara a admiração da Casa, do Legislativo da Capital do Rio Grande do Sul, a imensa e grandiosa admiração dos Vereadores a esses homens do Exército Brasileiro. Muito obrigada pela oportunidade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal, que falou em nome da Mesa Diretora, nesta homenagem que a Câmara está prestando aos veteranos da missão de Suez.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Excelência, nós estamos inscritos na Comunicação em homenagem à Associação, e V. Exa., inclusive, concretizou a nossa assinatura, nossa inscrição neste particular. Não sei se não seria adequado, antes de nós ouvirmos o homenageado, que nós complementássemos a homenagem brilhante que a Ver.^a Mônica Leal vem fazendo.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. João Bosco Vaz está exercendo um direito seu, pediu a palavra. Depois, eu posso passar a palavra ao Presidente da Associação dos veteranos e logo em seguida a Vossa Excelência.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Perfeito. Estou inscrito, aguardarei o momento em que V. Exa. entender regimentalmente adequado para a nossa manifestação.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Valter Nagelstein; Sr. Presidente da Associação, soldado reformado Alfredo Marcelino dos Santos Filho; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; Ver.^a Mônica Leal, que propôs essa justa e qualificada homenagem aos nossos boinas azuis. Cada um de nós tem uma missão, está escrito, e a missão dos senhores que aqui estão hoje recebendo esta homenagem, e de mais de 600 e poucos colegas de vocês no Estado que ainda estão aqui e aguardam com muita ansiedade o que esperam há mais de 20 anos. Eu não sei se os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras sabem, os boinas azuis que ali estão, Sr. Presidente da Associação, têm autorização para usar esse uniforme. São civis que foram arriscar a vida em nome da paz. E nenhum governo que ocupou o Palácio do Planalto reconheceu o pedido de V. Sa. para que todos que lá foram arriscar a vida pudessem pelo menos ser aposentados como 3º Sargento e ter a remuneração. Mas aí, incoerentemente, vejo um Governo Federal, lá na copa de 2014, antes um pouco, que aposentou campeões do mundo de 1970, e os senhores estão aí brigando até hoje. E vai ter uma solução, vai sair uma solução e o Presidente vai assinar, mas nenhum presidente assinou até agora. E quantos anos faz que os senhores voltaram? Cinquenta anos, pois é. Nesses cinquenta anos, os senhores estão esperando esse reconhecimento. Estou falando isso e sei disso, porque, de certa forma, eu convivo com os senhores. Vejo aqui o Professor Dodô, quem não conhece o professor de educação física, é o diploma nº 01 de formandos em educação física no IPA, trabalha com cegos, é o técnico de *goalball*. Está aí o Professor Dodô e, mais acima, o Custódio, que já foi Presidente do Conselho Deliberativo dos Bambas da Orgia. Não vejo aqui o Haroldo, o Getúlio, o Inácio, mas os senhores estão representando a todos eles aqui. Por isso, Ver.^a Mônica, a importância da sua lembrança. Por isso, Ver. Valter Nagelstein, que deferiu pela Mesa, essa homenagem. As pessoas ainda têm essa esperança. As pessoas ainda querem que isso se concretize, que isso seja reconhecido. Não dá, e fala aqui um cronista esportivo, para um campeão do mundo de 1970 ser aposentado e quem foi lá arriscar a vida, até agora, cinquenta anos, segue esperando esse reconhecimento.

Então, meus amigos boinas azuis, não desistam, continuem com essa esperança. Para encerrar, uma frase que aprendi com os senhores: “Um boina azul não morre; ele dorme para sempre pensando na paz.” Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O Brasil esteve no deserto. Nossos bravos soldados, jovens com idade em torno de 20 anos, se juntaram às tropas de paz da ONU e seguiram rumo ao Oriente Médio, cuja missão foi a de manter a paz numa região extremamente conturbada. Foram dez anos de missão árdua entre os anos de 1957 e 1967, no calor escaldante do deserto realizando patrulhas nas fronteiras, convivendo

com tempestades de areia e minas terrestres. Ao chegar no Egito, nossos soldados brasileiros se deparavam com um ambiente totalmente hostil, o agressivo clima do deserto, muito seco e quente de dia e frio à noite, era algo totalmente novo para o brasileiro, assim como os hábitos alimentares e as práticas culturais dos habitantes daquela região. Mesmo com toda essa adversidade, as tropas de adaptaram surpreendentemente bem às condições, executando suas missões com muito sucesso. A simpatia, o companheirismo e a amizade demonstrados pelos membros do Batalhão de Suez conquistaram o apreço da população local, o que facilitou sobremaneira o andamento da missão. Imaginem o destemor, a dedicação, sobretudo, a coragem desses jovens, tamanho feito que poucos sabem e reconhecem que esses mesmos integrantes do Batalhão de Suez ganharam o Prêmio Nobel da Paz em 1988, ao lado das Forças de Paz da ONU. Lamentavelmente, ainda hoje é um tema pouco estudado e negligenciado pela historiografia nacional. Os livros didáticos e os manuais educativos do País não costumam qualquer menção sobre esse assunto. Nossos heróis, já idosos, muitos deles passam por dificuldades financeiras, lutam para obter o reconhecimento do País e por uma velhice digna dos seus feitos. Por isso, tenho a dizer também que, nesses contingentes que foram ao Oriente Médio, tenho com muito orgulho meu tio, que foi do último contingente e batalhou, lutou pela paz junto a vocês, Luiz Carlos Alves de Rosa. Nesse último contingente, teve um cabo que foi morto dentro da barraca, e tantos outros que sofreram a lamúria de estar longe das suas famílias e a agressividade da guerra. Por isso, meus queridos, jovens combatentes do Batalhão de Suez, meu reconhecimento, minha homenagem, em especial à Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão de Suez, que com essa iniciativa promovem a lembrança, com o objetivo rememorar e propagar suas memórias, os feitos realizados naquele período tão importante da História, mantendo contato com os antigos colegas que viveram as mesmas experiências e os mesmos dramas, num processo constante em divulgar as lembranças por meio das comemorações, criação de símbolos, monumentos, museus e homenagens. Minhas sinceras homenagens a estes bravos, parabéns a ti, Ver.^a Mônica Leal, por estar hoje aqui comemorando esses 34 anos da Associação. Parabéns a vocês, bravos e aguerridos homens, e tenham em mim a certeza em sempre reavivar e propagar os feitos de cada um e de todos vocês. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero, Presidente, dizer que, de certa forma, me fiz insistente em usar esta tribuna, porque queria partilhar, primeiro, do reconhecimento à Mônica pela sensibilidade de promover esta homenagem à participação gaúcha, por três vezes, no Batalhão de Suez; este momento é um reconhecimento expresso dos Vereadores de Porto Alegre à importância, à relevância, ao significado da atuação, em

terras longínquas, no Oriente Médio, dos então soldados, jovens que para lá se deslocaram por longo tempo. Fui insistente nesse particular, porque a homenagem me faz retornar no tempo, aos idos de 1956, quando colegas meus interromperam o ano letivo no colégio Dom João Becker para se somar àqueles que, pela primeira vez, iriam realizar a missão de paz, repetida em mais outras duas oportunidades. Eu era, acredito, vice-presidente do grêmio estudantil do colégio, e tenho lembrança do grande acontecimento que foi o retorno dos nossos pracinhas, inclusive do correspondente de guerra dos diários associados do Rio Grande do Sul, Glênio Peres, que mais tarde viria a ser meu colega aqui na Câmara Municipal, o qual convidei – ele, que era jornalista do jornal A Hora – para uma exposição a respeito da ação dos nossos pracinhas, dos gloriosos integrantes do Batalhão de Suez na missão que lhes foi deferida pela Organização das Nações Unidas. Esteve presente o Glênio explicando o que era península do Sinai, que era absolutamente desconhecida dos adolescentes da época – eu tinha lá os meus 16, 17 anos –, e o que, efetivamente, estava acontecendo naquela área, inclusive com a transmutação cultural e econômica. Glênio Peres evidenciava a grande ação da comunidade judaica em cima de uma área extremamente árida, que, de uma hora para outra, pelo trabalho humano, se tornou fertilizável. Ali começava uma série de acontecimentos que a história está registrando, inclusive com muita ênfase nos dias atuais.

Então, meu caro Marcelino, eu quero em ti sintetizar o meu apreço, o meu respeito, a minha homenagem a tantos hoje aqui presentes e a outros tantos ausentes, provavelmente porque não tinham condições de estar aqui conosco, por uma razão ou por outra, ou até mesmo porque o nosso convite não tenha chegado até eles. Eu quero que a Casa registre, com a ênfase devida, esta homenagem da Mônica, que é a inteligente e dinâmica integrante do nosso Legislativo, que foi abençoada, por assim dizer, ao servir de Presidente da Casa, neste momento, e receber do Presidente a delegação para fazer a saudação principal que já ocorreu a Vossa Senhoria.

Saudando V. Sa., saudamos aos demais integrantes do Batalhão de Suez aqui presentes e outros tantos que estão ausentes, inclusive os nossos amigos de São Leopoldo. V. Exa. lembra que eu estive há pouco tempo em São Leopoldo participando daquelas homenagens que lá se realizavam. Meus cumprimentos, grande Batalhão de Suez, glória do Exército Brasileiro, um exército que se impôs no mundo como um agente da paz e não um agente da guerra, um exército que tem em vocês o melhor exemplo do que podem as forças armadas organizadas realizar em prol da humanidade, da integração social e da paz mundial, em permanente choque, lamentavelmente. Meu abraço, meu aplauso, minha solidariedade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. O Sr. Alfredo Marcelino dos Santos Filho, soldado da República Federativa do nosso País, integrante do contingente do Batalhão de Suez e hoje à frente da Associação Brasileira do Batalhão de Suez, está com a palavra.

SR. ALFREDO MARCELINO DOS SANTOS FILHO: (Saúda os componentes da mesa e demais presentes.) Pela iniciativa da Ver.^a Mônica Leal em homenagear a Associação Batalhão de Suez pela passagem dos seus 34 anos de fundação, em nome dos colegas, agradecer essa honrosa homenagem e pedindo a Deus que dê saúde e sabedoria aos Srs. Vereadores nas decisões em prol da nossa Cidade. Um Boina Azul não morre; adormece sonhando com a Pátria! Senhores presentes, o nosso agradecimento e o nosso muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Nós que agradecemos ao Sr. Alfredo Marcelino dos Santos Filho e, na pessoa dele, a todos os nossos Boinas Azuis que nos visitam. Agradeço à Ver.^a Mônica Leal e à Mesa Diretora da Casa, a todos integrantes, ao Secretário, aos demais Vereadores componentes da Mesa que deferiram esse período de Comunicações para que lembrássemos os quatro anos, na verdade, que o Batalhão de Suez esteve a serviço das Nações Unidas, mediando esse conflito que, infelizmente perdura até o dia de hoje, lá no Oriente Médio. Convido todos para o registro fotográfico.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h18min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 15h23min: Estão reabertos os trabalhos. Queria registrar que recebi das mãos do Presidente da Associação, dirigida à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a lembrança com os agradecimentos dos Boinas Azuis, do Batalhão Suez, pela homenagem prestada nesta data. Também solicitam (Lê.): “Aproveitamos a oportunidade de registrar que estamos com um projeto de lei, na Câmara Federal, objetivando uma pensão especial, mas que se encontra paralisado há aproximadamente nove anos [como disse o Ver. João Bosco Vaz]. Solicitamos o apoio político para aprovação desse importante projeto para os Boinas Azuis. Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez. Prêmio Nobel da Paz em 1988”. Aqui uma fotografia (Mostra fotografia.) do Jeep, que, aliás, tem um parecido aqui na nossa Exposição da 2ª Guerra - e quero agradecer muito os nossos Boinas Azuis que estiveram aqui -, um Jeep, que é esse que vem desde a 2ª Guerra Mundial e que continua sendo renovado até hoje, os modelos mais modernos continuam. Então, quero cumprimentar a todos os senhores, vou levar adiante em nome da Mesa, se possível vou encaminhar uma Moção de Apoio para que possamos nos dirigir ao Congresso Nacional pedindo que este projeto seja retomado. Parabéns aos senhores e muito obrigado. (Palmas.)

Quero registrar e agradecer a presença do jornalista Armando Burd aqui entre nós. Obrigado, Burd! Aproveito para dizer aos senhores que têm parte nisso que no dia 15 teremos uma sessão solene alusiva à recriação do moderno Estado de Israel, que faz parte dessa história. No átrio de entrada do Plenário Otávio Rocha, temos uma exposição sobre Jerusalém atual, como está a cidade, sua configuração. Quero agradecer à Federação Israelita, meu caro Armando Burd, peço que transmita ao Presidente Zalmir o agradecimento pela disponibilização desse material fotográfico, dessas imagens que estão hoje aqui a ilustrar a todos nós, Vereadores, e a comunidade porto-alegrense da atual condição dessa cidade que é uma joia do mundo, assentada sobre o Monte Sião, local sagrado para as três principais religiões monoteístas do Ocidente. Muito obrigado à Federação Israelita pela disponibilidade desse material.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada Presidente. Pela lealdade que tenho a todos processos que temos levado de forma transparente, no dia de ontem vim a este microfone e fiz um questionamento formal - óbvio que formal e respeitoso - ao Ver. Mauro Pinheiro que comandava a Mesa naquele momento, e à Ver.^a Mônica que respondia pela Casa, se havia um ato concreto sobre a manifestação que V. Exa. tinha feito no Twitter que, por óbvio, se espalhou, como conhecimento, de que Vossa Excelência teria, de pronto, autorizando e encaminhando a urgência, diante do pedido do Prefeito, para vários projetos. Ao que me foi informado, bem como ao conjunto de Vereadores, não havia ainda ato formal, que estaria na Procuradoria. Eu faço à V. Exa. esse questionamento, porque nós temos uma expectativa de um debate mais alargado, em função dessa situação ser inédita aqui, na Câmara; nós sabemos que isso tem no Parlamento estadual. Mas toda a experiência de Parlamento que temos aqui – eu, pelo menos, nesses 17 anos e outros mais –, nunca tivemos essa liberalidade ou essa possibilidade do Prefeito, a despeito da vontade da maioria dos Vereadores, estabelecer uma urgência nesta Casa. Como entendemos que é uma situação extremamente nova, nós queremos que esse seja um diálogo alargado. Então, eu gostaria que V. Exa. nos informasse sobre a sua posição, inclusive lhe liguei, obviamente, para termos essa conversa. Obrigada.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Vereadora, não há liberalidade; há, em primeiro lugar, aquilo que a Lei Orgânica e o Regimento da Câmara determinam. O presidente da Casa, enquanto Presidente, é, vamos dizer assim, o zelador, entre aspas, do cumprimento do Regimento desta Casa. Da mesma forma, por um juramento constitucional que fez este Presidente, fizeram todos os Vereadores, eu estou vinculado à Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Como V. Exa. bem refere, é a primeira vez que é requisitado o dispositivo, que foi invocado pelo Sr. Prefeito Municipal. E nesse aspecto a lei é expressa. Eu estou me referindo ao art. 95 da Lei Orgânica do Município. Eu recebi o pedido de urgência na forma que preconiza o art. 95, e convido V. Exa., inclusive, para ler o art. 95, ele é expresso, ele não cria nenhum tipo de condicionante. Mesmo assim, eu encaminhei, fiz uma reunião com o Diretor Legislativo e com a Procuradoria da Casa, e encaminhei o projeto à

Procuradoria da Casa, o projeto deve retornar ao Presidente, não sem antes conversar com a Procuradoria e com o Diretor. E eu vou tornar público aquilo que, de alguma forma já publicizei, forte no que determina a lei. Eu aqui não faço favores, Ver. Sofia, nem à oposição e nem ao Governo. Eu também quero dizer que não me antecipo naquilo que é sagrado, que é o direito da livre manifestação dos Srs. Vereadores e do voto. Cada um aqui vota de acordo com as suas convicções pessoais. Ocorre que o art. 95, que é onde estou escudado e fundamentado – aproveitar que está aqui o Ver. Cláudio Janta ao nosso lado –, da Lei Orgânica do Município é expresso. E como bem disse V. Exa., eu até estranhei, nas redes sociais, uma manifestação do seu Gabinete, de uma assessora, dizendo que nunca tinha visto isso antes. Na verdade, nunca houve isso antes; isso é um fato! Eu estou aqui há três legislaturas e também não tinha havido isso, e também fui Líder do Governo e também não houve isso. O Executivo nunca exerceu uma prerrogativa que está posta na lei, que diz o seguinte (Lê.): “Art. 95 – O Prefeito poderá solicitar urgência nos projetos de lei de sua iniciativa, caso em que deverão ser apreciados em quarenta e cinco dias.” O artigo é sintético, é simples, ele não se remete aos outros artigos que dizem respeito aos Vereadores, do Regimento da Casa, não tem parágrafo único, este é um *caput*, portanto ele deve ser lido da forma como o legislador assim desejou que ele aqui estivesse. É uma faculdade do Prefeito, portanto está dizendo que o Prefeito poderá solicitar urgência nos projetos de lei de sua iniciativa; é uma faculdade do Prefeito Municipal...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não, o Prefeito poderá solicitar, e ele solicita urgência. Solicitada a urgência, cabe a ele decidir se ele quer urgência ou não, esse é o entendimento do Presidente da Casa, respeitada a autonomia e a independência dos poderes. Não ficaria respeitada a autonomia e independência dos poderes, no sentir deste Presidente, se tivesse dito que a faculdade do Prefeito deveria ser subordinada à Câmara. Aqui não está dito. O Prefeito pode, se ele assim quiser, solicitar emergência, e aí, em conjugação com outros dispositivos legais, vê-se que, uma vez que o Prefeito solicite, há 45 dias de prazo para que a Câmara examine os projetos. É isso que a lei diz. O Presidente deve-se ater ao que diz a lei, a Lei Orgânica do Município e o Regimento interno. Nesse sentido, encaminhei à Procuradoria. Amanhã, estará disponível a todos os Srs. Vereadores essa decisão, e a todas as decisões cabe recurso, mas eu estou agarrado e forte naquilo que determina, e que são os meus deveres legais, a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Portanto, nesse aspecto, aqui, não há posição favorável ou aprioristicamente favorável a A, a B ou a C. Não cabe a mim, neste momento; cabe a mim, simplesmente, cumprir o que determina a lei, e é isso que estou fazendo. E, amanhã, Ver.^a Sofia, e me desculpe, mas não é para debate.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Gostaria de requerer, Presidente, formalmente, que o senhor enviasse a cada Vereador, ou às bancadas, ou aos

Líderes de bancadas, quais os projetos, porque eu não sei se é considerado, pelo Presidente, a exposição de motivos. Na exposição de motivos eu vi que sim, ele solicita em urgência. A exposição de motivos já é o requerimento ou são alguns projetos? Quais os projetos que, na verdade, estão sendo solicitados em urgência neste momento?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver.^a Sofia, é impossível definir um requerimento na medida em que as coisas ainda não estão postas. Os atos jurídicos precisam ser perfectibilizados, a partir daí, eu aceito o Requerimento de Vossa Excelência. O princípio que rege o processo é o da publicidade. No momento em que os processos chegarem de volta à presidência, eles serão publicizados à senhora e a todos os Vereadores. A partir daí, a senhora poderá, de forma concreta, fazer qualquer tipo de Requerimento, que eu, na forma do Regimento, vou deferir ou indeferir, ouvida, se for o caso, a própria Procuradoria da Casa. Eu lhe agradeço muito.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Srs. Vereadores, vamos amenizar um pouquinho aqui; quero dizer que, entre outros projetos a que nos tínhamos proposto, graças ao apoio que tivemos dos Srs. Vereadores para que eu pudesse exercer a presidência neste ano, havia um projeto do Ver. João Bosco Vaz de melhor utilização da nossa TVCâmara, bem como do seu sinal, no sentido também, Ver.^a Sofia, de poder alargar a nossa participação cultural junto à sociedade. Então, nós estamos desenvolvendo aqui uma série de projetos. Um deles, vou ler rapidamente aqui a sinopse.

O projeto se chama Cine Câmara. O programa Cine Câmara estreia nessa sexta-feira, dia 11 de maio, às 21h, na TVCâmara. O projeto, inédito, tem o intuito de diversificar a programação da TV, aproximando o Legislativo Municipal da sociedade, buscando uma maior identificação entre a comunidade e o canal. O Cine Câmara também pretende abrir um canal de comunicação com a classe artística, permitindo a veiculação de obras que muitas vezes não encontram apoio para a divulgação, assim como com a comunidade acadêmica, em especial aqueles que cursam a graduação de artes cênicas e audiovisual. Com a apresentação do colega José Luis Espíndola Lopes, nosso Mestre de Cerimônias, do Setor de Relações Públicas da Casa, a primeira temporada do Cine Câmara terá meia hora de duração e, já nessa sexta-feira, será exibida a obra “Os Retirantes”.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Parabéns pelo logo, ficou muito bonito. Obrigado a todos os que estiveram envolvidos: Assessoria de

Comunicação, nossa TVCâmara, todos os profissionais envolvidos. Nós estamos aqui executando a cada dia aqueles quatro verbos assumidos como compromisso de gestão: fiscalizar, inovar, dialogar e agir. Aqui está mais um exemplo de inovação que a gente vai procurar todos os dias, ao longo deste ano, estar exercitando junto com os Srs. Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD): Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras, todos os que nos assistem. Todos sabem que uma das minhas bandeiras como Parlamentar desta Cidade é a educação. Acredito que a educação é a base para um país de Primeiro Mundo. No final da tarde de ontem, recebi uma notícia muito boa. A atual campeã brasileira da equipe de robótica da Escola Municipal de Educação Fundamental Heitor Villas Lobos, localizada na Lomba do Pinheiro, Zona Leste da Capital, está em uma batalha para conseguir o recurso e ir participar do mundial, que será realizado na cidade de Montreal, no Canadá.

Desde março, quando foi confirmada a participação da equipe na competição mundial, a escola procura ajuda para tentar arrecadar o valor de R\$ 60 mil, que custeará a viagem de um professor e cinco alunos.

Assim como aconteceu no ano passado, a Escola Heitor Villa Lobos procurou a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Câmara Municipal de Porto Alegre para pedir ajuda. A Secretaria Municipal de Educação, mesmo com a crise financeira que enfrenta, a Prefeitura garantiu um pagamento de 50% desse valor. A Direção da escola organizou uma vaquinha virtual e conseguiu arrecadar outra boa parte do dinheiro. O Secretário Adriano Naves de Brito buscou parcerias e conseguiu arrecadar quase que a totalidade do valor que estava faltando. O resto do dinheiro será conseguido por uma vaquinha que estamos fazendo aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre.

Quero agradecer a todos os Vereadores que contribuíram para que essas crianças consigam ir nessa viagem. Não podemos deixar esse sonho morrer. Eu já tive esse sonho também, por isso eu luto muito, junto com eles, pela realização desse sonho. Eles batalharam muito para conquistar essa vaga no Canadá para poderem ir disputar o Mundial de Robótica, na cidade de Montreal.

Na terça-feira, estivemos lá na escola, a CECE - Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Reginaldo Pujol, Ver. Alvoni Medina, Ver. Cassiá Carpes e este Vereador - para ver de perto o que está faltando. Faltava um pouquinho de dinheiro. E essa vaquinha que nós nos comprometemos com a direção da escola de fazer é no sentido de ajudar com esse pouquinho que falta.

Isso é bom para o Brasil, para Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul. É uma oportunidade única. Eu aprendi uma coisa que guardei para mim, guardo até hoje no meu coração. O gaúcho tem um ditado que diz que o cavalo passa encilhado uma vez, e tu tens que pegá-lo. E eu sempre procurei pegar esse cavalo encilhado. É claro que muitas vezes a gente não consegue. Mas a luta desse pessoal, a luta da diretora, do diretor, buscando realizar esse sonho dessas crianças de ir até Montreal... Acho que essa é a luta, é não esperar pelo Poder Público, eles foram atrás, e isso me faz pensar no meu passado, e não tem como eu não batalhar junto com eles, ajudando, assim como a Comissão fez. Então eu quero agradecer a todos os Vereadores que estão ajudando essas crianças para irem lá realizar esse sonho e, quem sabe mais, trazer uma medalha para o Brasil, para Porto Alegre. Obrigado, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Tarciso. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Presidente. Agradeço aos nossos colegas do PT e do PSOL. Vou tratar de forma objetiva de dois temas que preocupam, neste momento, por demais, a Cidade. Um deles é sobre o Adote um Escritor, Ver. Adeli. Já falamos esta semana, mas, especificamente nas visitas às escolas, tomei conhecimento não só de que Câmara do Livro abandonou, não quer mais a parceria, e aí comecei a compreender por quê. A Prefeitura de Porto Alegre, a Secretaria Municipal de Educação estão privilegiando editoras de fora do Estado do Rio Grande do Sul, seja na sugestão de títulos, autores, ou seja, os seus autores, que possivelmente iria partir de “privilegiamentos” ou parcerias ou indução às escolas, para que essas editoras, que são mais poderosas, que são editoras... E não tem problema eu dizer o nome delas, porque a Prefeitura mandou um ofício às escolas informando que: envia, em anexo, os autores sugeridos para a edição 2018 do programa de leitura Adote um Escritor. Parceria que, por muitos anos, foi feita com a Câmara do Livro Rio-Grandense do Livro, representação das editoras, das livrarias e livreiros do Estado do Rio Grande do Sul. Agora são indicados noventa e nove autores, só que, vejam, essa relação foi construída com a curadoria da SMED, a partir de sugestões da Secretaria Municipal de Cultura – o que está muito bem, pela Coordenação do Livro e da Literatura, da Câmara Rio-Grandense do Livro e das editoras FTD, L&PM, Moderna, Paulus e FM. Ver. Adeli, você já foi um livreiro e sabe do que nós estamos tratando aqui. Por que citar essas editoras? Quantas editores têm no Rio Grande do Sul que estão no clube das editoras rio-grandenses? Essas editoras, explicitamente, numa correspondência às escolas do Rio Grande do Sul, já têm uma sinalização de que elas poderão, talvez, trazer algumas benesses, caso os seus livros sejam escolhidos. Aí perguntei a alguns editores nossos, mas o que aconteceu? Por que vocês não estão aqui citados? Eles responderam: não sabemos, sabemos que a Câmara se retirou pela perda

da curadoria. Ou seja, também é a Curadoria, que aqui decide, por aqui diz, então, a Cristina Rolim, responsável pela SMED, às escolas: “escolham cinco autores na ordem de preferência”. E a Curadoria saiu do protagonismo, aqui, das nossas editoras, dos nossos livreiros, das nossas livrarias. E sabe-se lá onde foi parar essa curadoria, leia-se, quem decidirá sobre quais autores serão adotados. Então, nós estamos em estado de alerta, por que, nessa parceria público privada, que é tão exaltada pelo Prefeito Marchezan, que, inclusive, disse que acredita na escola pública, mas não estatal. E disse isso na Rádio Guaíba, no aniversário da Rádio. Nós não queremos, muito cuidado Prefeito, que ele cruze o limiar dos preceitos da administração pública, onde não pode haver favorecimento e nem troca de qualquer troca de favores ou benesses. Quero nessa última parte, nesse último minuto que me falta, também chamar atenção sobre um tema que está na pauta da Cidade e deveria estar na preocupação da Prefeitura de Porto Alegre. Já falamos um pouquinho, o IAB esteve aqui no início da tarde. Aqui está a lista das cidades que investiram no fundo de capitalização do Cais Mauá, fundo esse que está sob investigação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, cidades do Rio Grande do Sul que usaram recursos da poupança dos seus servidores, e o IPÊ, o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, que pelo que me consta colocou R\$ 18 milhões no fundo do Cais Mauá. Ora, Antonio Prado, Altamira, Bagé, Balneário Pinhal, Bento Gonçalves, Cacequi, Candiota, Capela de Santana, Charqueadas, Estância Velha, Estrela, Feliz, Palmeira, Pantano Grande, São Gabriel, São Pedro do Butiá, Sapiranga, Soledade, Tramandaí, Três de Maio, Triunfo, Vale do Sol. Este empreendimento está atrasado há alguns anos. Este empreendimento teve muitas trocas de gestores e captadores. Este empreendimento teve um licenciamento que alterou o projeto, que alterou, que projetos importantes como o rebaixamento da Av. Edvaldo Pereira Paiva foram abandonados no licenciamento. Este empreendimento não diz que shopping é esse que será o novo shopping, e nós estamos preocupados que não dê nem mel, nem porongo, ou seja, nem saia a revitalização pela suspeita de quem está na gestão, nem sejam recuperados os recursos que são dos servidores desta Cidade e do IPÊ. Estado de alerta. Atenção! Alerta, Sr. Prefeito Municipal.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica, colegas Vereadores, Vereadoras, aproveitando esse tempo de Comunicação de Líder, quero me referir a um conjunto de temas da nossa Cidade e desta Casa. Em primeiro lugar, quero dizer que há interpretações diferenciadas sobre o Regimento Interno da Câmara, eu estava agora dando uma olhada no Regimento, esse debate vai enfrentar a Comissão Constituição e Justiça, na próxima terça-feira. E com calma e tranquilidade, nós vamos

fazer valer aquilo que deva ser feito com grandeza pela Câmara Municipal. Porque o Prefeito, pela Lei Orgânica do Município, eu de fato consultei o artigo citado pelo Presidente, como também no Regimento Interno fala em solicitar. E depois, sempre que se refere aos Vereadores, fala em requerer, em nenhum momento, eu consigo deduzir, automaticamente, que solicitar é automaticamente, um Requerimento feito. O Requerimento não foi feito, o Prefeito pode solicitar, outra coisa requerer. São verbos diferentes, que têm, portanto, condão diferenciado na semântica do português, do nosso vernáculo. Hoje foi instalada a Comissão para fazer a discussão e a revisão da planta de valores, a comissão do IPTU. Tenho orgulho, Ver.^a Sofia, de representar a nossa bancada, a bancada dos trabalhadores, e se o projeto IPTU estiver no pedido de urgência, já está em confronto com a própria Comissão Especial. A Comissão Especial nos dá a garantia de 60 dias mais 30. Então, nós vamos ter que optar sobre esse ponto de vista também. Na minha opinião, o que vale é a Comissão Especial, ela tem um trâmite normal. Ademais, todos nós sabemos aqui, já dissemos no ano passado: a mexida na planta de valores, portanto, a mexida em tributos, ela deve ser feita com anterioridade, portanto, no ano anterior, está no Código Tributário Nacional e com 90 dias de antecedência. Ou seja, o prazo nonagenal é dia 30 de setembro, portanto, meu caro Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Ver. Dr. Thiago, nós temos até o dia 30 de setembro para votar com toda tranquilidade a mudança do IPTU. Eu já citei aqui que nossa bancada vai manter a posição do ano passado. Ver. Cassiá, Ver. Bosco, nós analisaremos com toda a tranquilidade. Conforta-nos que, no projeto que veio agora para a Câmara, há uma faixa intermediária entre o valor de R\$ 500 mil e o de R\$ 1 milhão, uma faixa de R\$ 750 mil, foi a sugestão que nós fizemos, porque isso, na minha opinião, resolve em parte o grosso das edificações que pagam um tributo mais arrojado, que são exatamente as entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão, pois ter uma edificação que vale R\$ 500 mil é diferente de ter uma que vale exatamente o dobro, R\$ 1 milhão. A faixa intermediária, de R\$ 750 mil, me parece razoável.

O incentivo de 25% para o Centro Histórico é bastante promissor, mas...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Bosco, eu não tenho a mesma segurança que V. Exa. tem, eu já conversei com vários empresários de Porto Alegre, eles não concordam com a nova proposta também, inclusive porque há alguns elementos de sobrecarga, principalmente de sobrecarga em algumas regiões. Eu já dialoguei com algumas bancadas aqui da Casa e nós temos a convicção de que é preciso aumentar as zonas fiscais. Eu vou ao encontro das instituições, todas, sem exceção, para fazer esse debate. Por isso eu queria aqui demarcar clara e objetivamente essas questões.

Vou solicitar mais tempo à Presidente Mônica Leal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Neste novo tempo, eu preciso me remeter às questões da Cidade; primeiro à questão trazida pela minha colega Sofia, o programa Adote um Escritor. Eu acho uma afronta a proposição da Prefeitura, é uma sinalização de que a Prefeitura quer mandar nas escolas e quer impor determinados escritores e certos livros; não tem sentido uma Cidade que teve a Livraria do Globo, que já foi a maior editora deste País, a Editora Sulina, para citar as duas mais antigas, e que hoje tem várias editoras novas – não vou citá-las para não causar melindres, porque não me lembro todas de cabeça –, que tem excelentes escritores, estar fora dessa listagem. Aqui tem meu protesto veemente. Vou dar combate ao Secretário de Educação a partir deste momento; eu sempre fui muito paciente com o Secretário de Educação, mas terminou a minha paciência depois dessa determinação que ele fez, afronta a democracia, afronta o livre pensamento. Da minha parte, não terá nenhum momento mais de tolerância com esse tipo de comportamento autoritário, ditatorial da sua parte.

Continuando, Porto Alegre tem que preservar o seu patrimônio. Nós precisamos voltar a fazer uma discussão sobre o nosso patrimônio. A Rua da Praia, entre a Rua Marechal Floriano e a Rua Doutor Flores, tem o seu leito de rua tombado pelo patrimônio – são aquelas pedras maravilhosas. Não está tombada a parte de pedras que nós temos da Rua Caldas Júnior até o início da Rua da Praia. Eu pretendo, Ver.^a Mônica, que já foi Secretária de Cultura, trazer esse tema à baila. Agora, foram feitos alguns remendos perto do início da Rua da Praia com massa asfáltica, detonando completamente aquelas pedras maravilhosas que havia ali. Eu acho que é uma outra afronta à Porto Alegre, que é uma cidade que tem um patrimônio incrível.

Este ano, nós estamos comemorando os 90 anos da Galeria Chaves, uma obra feita pelo grande arquiteto e artista plástico espanhol Fernando Corona, que veio para o Brasil e aqui desenvolveu todo o seu trabalho. Foi, inclusive, diretor do Instituto de Artes aqui da nossa Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essa obra foi restaurada e, hoje, é um ícone no Centro de Porto Alegre. Nós também temos outros lugares. Com verbas de incentivo à cultura, a Confeitaria Rocco foi restaurada, no entanto, continua fechada. Há disputas, sem dúvida nenhuma, de sucessão familiar, mas o que faz o Poder Público? Nós estamos olhando para isso.

Há outro problema: além da questão patrimonial, nós temos alguns prédios no Centro de Porto Alegre fechados. Na Rua Jerônimo Coelho, havia uma escola, o CMET Paulo Freire. Esse prédio está fechado. A pergunta que eu fiz para a Prefeitura – e o Secretário não me respondeu até hoje – foi: o que será feito desse prédio, considerando que a Prefeitura paga aluguéis em outros lugares? É um prédio maravilhoso no Centro de Porto Alegre, na Rua Jerônimo Coelho, no Centro Histórico da Cidade. Nem vou falar muito aqui porque, nesta semana, dei uma entrevista para uma emissora de TV sobre o famoso esqueleto, esse prédio que fica na Praça XV, que foi parada a sua construção em 1965 e está lá hoje, na minha opinião, colocando em risco a população de Porto Alegre. Medidas urgentes terão que ser tomadas, esta Cidade está paralisada, medidas não são tomadas, nós estamos aqui levantando essas questões e dialogando com a cidade. Disse para várias instituições já que temos esses problemas de confrontos hoje entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e vice-versa, nós

temos que fortalecer enormemente a sociedade civil organizada, as associações, os sindicatos, os clubes, os grupos, as organizações. É isso que nós precisamos, é isso que devemos fazer. E não me canso de dizer: sempre por Porto Alegre, Porto Alegre para as pessoas! E viva a Capital dos gaúchos!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ver.^a Mônica Leal presidindo os trabalhos, eu quero falar, em Comunicações, desse tema da possibilidade que o Prefeito tem ou não de impor a esta Casa um prazo. Tenho uma avaliação de que a harmonia e a independência entre os Poderes não recomendam isso, e o contexto não recomenda também, porque, se de um lado esta Câmara tem o mesmo poder político que o Executivo e tem um poder simbólico maior, porque ali está um partido um governante majoritário, e aqui tem a multiplicidade da Cidade e dos Partidos, e isso já deveria fazer com que o Prefeito dialogasse com esta Casa, sugerisse, solicitasse como todos os outros Prefeitos sempre fizeram, discutiram na reunião de Líderes, propuseram projetos, nós queremos dar o seguinte ritmo, aquele ritmo, aquele outro ritmo. Agora impor um prazo e depois trancar a pauta, porque precisa resolver nesse primeiro semestre, porque quer resolver durante a Copa, porque não quer pegar o período eleitoral, nós não nos baseamos nesses espaços. Nós nos baseamos na consequência que as decisões desta Casa trarão à cidade de Porto Alegre. Portanto nós vamos discutir essa automaticidade do pedido de urgência do Prefeito ser imposto ao ritmo do Parlamento.

Nós, na Câmara, queremos discutir cada uma das iniciativas, porque tem algumas delas que são irresponsáveis com a Cidade. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal de Porto Alegre, eu já comentei aqui. Como pode um Prefeito incluir a folha de empresas públicas, que têm receitas próprias, que têm outro arcabouço jurídico, que nem está previsto na legislação, no gasto com pessoal? Nós sabemos que a imediata implicação disso será extrapolar a possibilidade de gasto com pessoal. Nós, como Câmara, vamos concordar com uma iniciativa tresloucada como essa, que significa, de imediato, na sequência de aprovar essa Lei de Responsabilidade Fiscal, engessar completamente a Prefeitura na sua ação social, na sua indução de políticas públicas, na reposição de pessoal em caso de aposentadoria; no caso da educação, professores, educadores, monitores; no caso da saúde, enfermeiros, técnicos em nutrição, assistentes sociais, médicos? Nós vamos engessar a Cidade e deixar o povo morrendo nas filas? Ou deixar turmas sem aula, como eu vi hoje pela manhã, na Escola Moradas da Hípica, onde as crianças de 5ª série não têm geografia e história desde o início do ano? Ou turmas de jardim, quando é obrigatório estar na escola, recém começando o ano letivo? Isso se puderem trocar de turno! Quer dizer, nós vamos concordar que, com uma artificialidade dessa, um intencionalidade dessa do Prefeito, o Município perca a condição de atender à educação, à saúde, à assistência social? Não vamos! Portanto, nós

precisamos de tempo e não um tempo exíguo para discutir com a Cidade as consequências, sejam nos projetos do funcionalismo, sejam nos projetos de previdência social, sejam no projeto do IPU, porque a Cidade quer saber qual o impacto. Nós não iremos concordar com o projeto que o conjunto da Cidade, tendo oportunidade de participar, não tenha conseguido compreender.

Quero dizer que no automático, na urgência, sobre e apesar, e impondo à Câmara não haverá concordância desses prazos que o Prefeito propõe. E nós somos colaborativos e propositivos. Há um projeto de lei, por fim, que incentiva a não aposentadoria, que propõe a redução da carga horária sem redução de salário. Ótimo. Tem um projeto que, por enquanto, enxergo como positivo, desse pacote de treze, e nós temos acordo, porque dizemos desde o início do ano passado: “Prefeito, pare de empurrar os funcionários para aposentadoria, valorize-os, porque substituí-los é muito mais caro, isso desacumula conhecimento”. Então, tem um projeto que nós elogiamos e queremos priorizar, e vamos, inclusive, solicitar que seja o primeiro, que seja discutido de forma mais acelerada, porque é um incentivo à permanência do funcionário municipal na sua carreira. Portanto, conta conosco, Sr. Prefeito, nas questões que são positivas para a Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Cláudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 09 de maio de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

O Ver. Airto Ferronato solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 07 a 09 de maio de 2018.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0469/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 034/18, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Eduardo Neubarth Trindade.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2891/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 048/17, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que autoriza bares, restaurantes, confeitarias, lanchonetes e similares a utilizar recuos e passeios públicos para colocação de mesas, cadeiras, amplificadores, caixas acústicas, alto falantes ou outro tipo de aparelho de som, *ombrellones*, guarda-sóis e outros equipamentos similares móveis e revoga a Lei Complementar nº 415 – que dispõe sobre a permissão de uso de recuo e do passeio público, fronteiro a bares, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, para colocação de toldos, mesas e cadeiras, e dá outras providências, de 7 de abril de 1998.

PROC. Nº 3120/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 351/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Nossa Senhora da Abadia o logradouro público cadastrado conhecido como Rua C – Loteamento Cavalhada –, localizado no Bairro Cavalhada.

PROC. Nº 0346/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 022/18, de autoria da Mesa Diretora, que inclui o art. 46-B na Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986, e alterações posteriores, instituindo a gratificação pelo exercício de atividades especiais de apoio aos trabalhos legislativos desenvolvidos nas Sessões Plenárias e de apoio à condução das audiências públicas da Câmara Municipal de Porto Alegre, sob a responsabilidade do gabinete da Diretoria Legislativa.

PROC. Nº 2819/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 310/17, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que denomina Rua Maestro Eliézer de Flor Félix o logradouro público cadastrado conhecido como Rua de Pedestre A Um – Vila Santa Rosa –, localizado no Bairro Santa Rosa de Lima.

PROC. Nº 2820/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 311/17, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que denomina Rua Pastor Nelson Pero o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Dois – Vila Santa Rosa –, localizado no Bairro Santa Rosa de Lima.

PROC. Nº 3208/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 377/17, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que determina que os subsídios mensais do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários e dos secretários adjuntos do Município de Porto Alegre somente sejam pagos após o pagamento integral da remuneração e dos proventos de servidores públicos municipais ativos e inativos e de pensionistas.

PROC. Nº 0367/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 024/18, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que denomina Rua Luiz Carlos Fernandes Santos o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Três Mil, Setecentos e Sessenta e Quatro, localizado no Bairro Agronomia.

PROC. Nº 0403/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Sérgio Augusto Jury Arnoud.

PROC. Nº 0741/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 066/18, de autoria da Mesa Diretora, que extingue 2 (duas) funções gratificadas de Subchefe de Setor e cria a função gratificada de Subchefe do Serviço de Ambulatório no Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Câmara Municipal de Porto Alegre, constante do art. 20 da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986, e alterações posteriores.

PROC. Nº 0434/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/18, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Trinta e Cinco Centro de Tradições Gaúchas – 35 CTG –, pelos seus 70 anos de fundação.

PROC. Nº 0567/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/18, de autoria do Ver. Paulo Brum, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Fundação CEEE de Seguridade Social Eletroceee.

PROC. Nº 0585/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/18, de autoria do Ver. Elizandro Sabino, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Rio Grande do Sul – Arpen RS.

PROC. Nº 0737/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/18, de autoria da Mesa Diretora, que institui o projeto Porto Alegre na História na Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h09min.)

* * * * *